



Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

OFICIAL DE CHANCELARIA

Typo 3 – AMARELA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
 - Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
 - Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
 - Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
 - Assine seu nome apenas no espaço reservado
 - Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
 - O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
 - Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
 - A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos
 - Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa prova!

Conhecimentos Linguísticos

Texto 1 – Um país em berço de sangue

O maior país da América Latina, com a maior população católica do mundo, não nasceu de forma tranquila. Neste livro, com o realismo dos documentos originais, vemos claramente a brutalidade do extermínio dos índios na costa brasileira, berço de sangue cujo marco determinante é a fundação da cidade do Rio de Janeiro.

O Brasil real começou a ser construído por homens como o degredado João Ramalho, que raspava os pelos do corpo para se mesclar aos índios e construiu um exército de mestiços caçadores de escravos mais poderoso que o da própria Coroa; personagens improváveis como o jesuíta Manoel da Nóbrega, padre gago incumbido de catequizar um povo de língua indecifrável, esteio da erradicação dos “hereges” antropófagos; líderes implacáveis como Aimerê, ex-escravo que tomou a frente da resistência e Cunhambebe, cacique “imortal”, que dizia poder devorar carne humana porque era “um jaguar”.

Incluindo protestantes franceses, que se aliaram aos índios para escapar dos portugueses e da Inquisição, além de mamelucos, os primeiros brasileiros verdadeiramente ligados à terra, que falavam tupi tanto quanto o português e partiram do planalto de Piratininga para caçar índios e estenderam a colônia sertão adentro, surge um povo que desde a origem nada tem da autoimagem do “brasileiro cordial”. (Texto da orelha do livro A conquista do Brasil, de Thales Guaracy, Planeta, Rio de Janeiro, 2015)

1

O texto 1, retirado da orelha do livro indicado, tem como finalidade destacar qualidades da obra a que alude; NÃO é uma dessas qualidades o seguinte tópico:

- (A) a preocupação com a autenticidade das fontes;
- (B) a revelação de aspectos inesperados de nossa história;
- (C) a negação de verdades estabelecidas pela tradição;
- (D) a presença de testemunhos autorizados;
- (E) a inclusão de informações históricas estrangeiras.

2

“O maior país da América Latina, com a maior população católica do mundo, não nasceu de forma tranquila”.

A estruturação desse primeiro período do texto 1 mostra:

- (A) informações históricas relativas ao início de nossa história;
- (B) características iniciais que fazem supor um nascimento diferente;
- (C) oposição implícita entre as características iniciais;
- (D) afirmação final independente das marcas inicialmente fornecidas;
- (E) importância geográfica e econômica do Brasil de hoje.

3

O segundo parágrafo do texto 1 alude a vários fatos negativos na nossa história; o item abaixo em que NÃO se alude a um desses fatos é:

- (A) alguns primitivos habitantes serem degredados;
- (B) a existência de caçadores de escravos;
- (C) a consideração de antropófagos como “hereges”;
- (D) a circunstância de hábitos antropofágicos;
- (E) a dificuldade de entendimento de uma língua indecifrável.

4

Catequizar/catequese mostra grafias diferentes para o verbo e o substantivo cognato, o que só NÃO ocorre em:

- (A) obcecar/obsessão;
- (B) estender/extensão;
- (C) caçar/cassação;
- (D) viajar/viagem;
- (E) batizar/batismo.

5

O título dado ao texto 1 – Um país em berço de sangue – alude:

- (A) à presença da violência como marca de nossa história através dos tempos;
- (B) ao temperamento belicoso de todos os povos que formaram este país;
- (C) à brutalidade do extermínio de indígenas na costa brasileira;
- (D) às guerras internas e externas na formação do Brasil;
- (E) ao início cruel da fundação do Rio de Janeiro, com a escravização dos índios.

6

O texto 1 tem como marca estrutural ou temática:

- (A) uma rigorosa sucessão cronológica de fatos históricos;
- (B) a evolução de fatos que comprovam a aquisição de nossa “cordialidade”;
- (C) a progressiva inclusão histórica de diferentes seres humanos;
- (D) uma contínua preocupação com a nossa formação religiosa;
- (E) a finalidade de chegar-se a personagens brasileiros.

7

“O Brasil real começou a ser construído...”; a adoção da voz passiva, nesse caso:

- (A) evita a difícil indicação dos agentes da ação verbal;
- (B) permite a indicação adequada do sujeito como paciente;
- (C) indica a presença de uma ação totalmente passada;
- (D) mostra a indeterminação do início e fim da ação;
- (E) define a ação verbal como anterior a outra ação passada.

8

O “Brasil real”, segundo o texto 1, foi:

- (A) construído por atos de violência;
- (B) formado a partir da participação estrangeira;
- (C) estruturado a partir da ação católica;
- (D) estabelecido com base em atos ilegais;
- (E) organizado apesar das contradições internas.

Texto 2 – No começo era o pé

Sim, no começo era o pé. Se está provado, por descobertas arqueológicas, que há sete mil anos estes brasis já eram habitados, pensai nestas legiões e legiões de pés que palmilharam nosso território. E pensai nestes passos, primeiro sem destinos, machados de pedra abrindo as iniciais picadas na floresta. E nos pés dos que subiam às rochas distantes, já feitos pedra também, e nos que se enfeitaram de penas e receberam as primeiras botas dos conquistadores e as primeiras sandálias dos pregadores; pés barrentos, nus, ou enrolados de panos dos caminheiros, pés sobre-humanos dos bandeirantes que alargaram um império, quase sempre arrastando passos e mais passos em chãos desconhecidos, dos marinheiros dos barcos primitivos e dos que subiram aos mastros das grandes naus. Depois o Brasil se fez sedentário numa parte de seu povo. Houve os pés descalços que carregaram os pés calçados, pelas estradas. A moleza das sinhazinhas de pequeninos pés redondos, quase dispensáveis pela falta de exercício. E depois das cadeirinhas, das carruagens, das redes carregadas por escravos, as primeiras grandes estradas já com postos de montaria organizados, o pedágio de vinténs estabelecido já no século XVIII. Mas além da abertura dos portos, depois da primeira etapa da industrialização, com os navios a vapor, as estradas de ferro, o pé de sete milênios da terra do Brasil ainda faz seu caminho. (Dinah Silveira de Queiroz)

9

O texto 2 é formado por um só parágrafo; essa pontuação colabora com a estruturação geral do texto, pois:

- (A) indica a confusão reinante num país em formação;
- (B) mostra a sucessão cronológica e interligada dos fatos;
- (C) demonstra a rapidez em que foram ocorrendo os acontecimentos;
- (D) comprova uma planificação no progresso do país;
- (E) critica ações que se vão sucedendo sem o necessário suporte.

10

Pelo contexto (texto 2), a expressão inicial “no começo” se refere a:

- (A) época ainda não datada pela História;
- (B) tempos pouco anteriores à descoberta do Brasil;
- (C) momentos de nosso passado colonial;
- (D) tempos pré-modernos, antes do advento da República;
- (E) época de fantasia, em que tudo se podia imaginar.

11

“...o pé de sete milênios de Terra do Brasil ainda faz seu caminho”; considerando-se globalmente o texto, o significado dessa frase final do texto 2 mostra que:

- (A) o país ainda está atrasado nos transportes;
- (B) o Brasil ainda tem na miséria grande parte de seu povo;
- (C) muitas regiões do Brasil ainda carecem de rodovias;
- (D) nosso país permanece na caminhada em busca de progresso nos transportes;
- (E) a Terra do Brasil conserva aspectos de nosso passado colonial.

12

O segmento do texto 2 em que se insere uma ideia de intensidade é:

- (A) “pensai nestas legiões e legiões de pés”;
- (B) “as primeiras grandes estradas”;
- (C) “passos e mais passos em chãos desconhecidos”;
- (D) “pés sobre-humanos dos bandeirantes”;
- (E) “mastros das grandes naus”.

13

“...o pedágio de vinténs estabelecido já no século XVIII”; o termo “já” é o que se denomina modalizador, ou seja, através dele o autor do texto manifesta uma opinião sobre o assunto abordado.

Nesse caso, falando do pedágio, a autora do texto 2 nos diz que o considera:

- (A) uma medida tomada fora de época, pois não havia estradas dignas desse nome;
- (B) um instrumento injusto de cobrança;
- (C) um processo demonstrativo de progresso e organização;
- (D) uma cobrança enriquecedora da elite dominante;
- (E) uma ironia, diante do atraso do país nos transportes.

14

Um dos processos conhecidos de formação de palavras em Português é a chamada “derivação imprópria”, marcada pela criação de uma nova palavra pela modificação de sua classe original. Tal processo aparece em:

- (A) “Sim, no começo era o pé”.
- (B) “Se está provado, por descobertas arqueológicas, que há sete mil anos estes brasis já eram habitados...”.
- (C) “... pensai nestas legiões e legiões de pés que palmilharam nosso território”.
- (D) “E pensai nestes passos, primeiro sem destinos, machados de pedra abrindo as iniciais picadas na floresta”.
- (E) “E nos pés dos que subiam às rochas distantes”.

15

“E nos pés dos que subiam às rochas distantes, já feitos pedra também...”; a expressão sublinhada se justifica porque:

- (A) todas as pessoas referidas já morreram há muito tempo;
- (B) todos esses pés se tornaram monumentos em nossa história;
- (C) os pés se endureceram pelo sacrifício das caminhadas;
- (D) as pessoas se tornaram insensíveis diante do sacrifício alheio;
- (E) o trabalho excessivo tornou brutais e animalescos os pés dos caminhantes.

16

Os adjetivos mostram diferentes valores em nossa língua; o valor indicado inadequadamente é:

- (A) rochas distantes/localização;
- (B) pés sobre-humanos/qualidade;
- (C) grandes naus/característica;
- (D) pés redondos/forma;
- (E) pés barrentos/matéria.

17

A preposição DE mostra diferentes valores semânticos em língua portuguesa; indique a opção em que esse valor é indicado incorretamente:

- (A) “machados DE pedra”/matéria;
- (B) “se enfeitaram DE penas”/meio ou instrumento;
- (C) “enrolados DE panos”/modo;
- (D) “pedágio DE vinténs estabelecido”/preço;
- (E) “sinhazinhas DE pequeninos pés redondos”/característica.

18

“Se está provado, por descobertas arqueológicas, que há sete mil anos estes brasis já eram habitados, / pensai nestas legiões e legiões de pés que palmilharam nosso território”.

A afirmação inadequada sobre esse período do texto 2 é:

- (A) trata-se de um convite ao leitor a fim de que interaja com o texto;
- (B) o segmento “se está provado” indica uma causa;
- (C) a segunda parte do período é uma conclusão a partir da condição inicial;
- (D) a primeira parte do período mostra uma certeza sobre a qual se apoia a segunda parte;
- (E) o termo “por descobertas arqueológicas” indica uma circunstância de tempo.

19

O texto 2 foi retirado de um livro feito pelo Ministério dos Transportes, em 1970, e, por isso mesmo, mostra interesse essencial em:

- (A) defender a cobrança de pedágio;
- (B) ver a história do Brasil pelo parâmetro dos transportes;
- (C) destacar a importância das vias públicas para o progresso;
- (D) mostrar a desigualdade social a partir do acesso aos transportes;
- (E) ironizar sobre o “progresso” de antigos meios de transporte.

20

O texto 2 começa com “Sim, no começo era o pé”. Com esse começo, a autora:

- (A) anuncia uma provável opção pela estrutura narrativa do texto;
- (B) localiza, nos tempos coloniais, os fatos a serem apresentados;
- (C) opta por uma estrutura argumentativa, opondo-se a uma ideia dominante;
- (D) confirma uma informação já presente na Bíblia;
- (E) opina sobre algo que não se pode comprovar.

READ TEXT I AND ANSWER QUESTIONS 21 TO 30:

TEXT I

How music is the real language of political diplomacy

Forget guns and bombs, it is the power of melody that has changed the world

Marie Zawisza

Saturday 31 October 2015 10.00 GMT

Last modified on Tuesday 10 November 2015 13.19 GMT



Celebrated cellist Mstislav Rostropovich plays in front of the Berlin wall on 11 November 1989. Photograph: AP

An old man plays his cello at the foot of a crumbling wall. The notes of the sarabande of Bach’s Suite No 2 rise in the cold air, praising God for the “miracle” of the fall of the Berlin Wall, as Mstislav Rostropovich later put it. The photograph is seen around the world. The date is 11 November 1989, and the Russian virtuoso is marching to the beat of history.

Publicity stunt or political act? No doubt a bit of both – and proof, in any case, that music can have a political dimension. Yo-Yo Ma showed as much in September when the cellist opened the new season of the Philharmonie de Paris with the Boston Symphony Orchestra. As a “messenger of peace” for the United Nations, the Chinese American is the founder of Silk Road Project, which trains young musicians from a variety of cultures to listen to and improvise with each other and develop a common repertoire. “In this way, musicians create a dialogue and arrive at common policies,” says analyst Frédéric Ramel, a professor at the Institut d’Études Politiques in Paris. By having music take the place of speeches and peace talks, the hope is that it will succeed where diplomacy has failed.[...]

Curiously, the study of the role of music in international relations is still in its infancy. “Historians must have long seen it as something fanciful, because history has long been dominated by interpretations that stress economic, social and political factors,” says Anaïs Fléchet, a lecturer in contemporary history at the Université de Versailles-St-Quentin and co-editor of a book about music and globalisation.

“As for musicologists,” she adds, “until quite recently they were more interested in analysing musical scores than the actual context in which these were produced and how they were received.” In the 1990s came a cultural shift. Scholars were no longer interested solely in “hard power” – that is, in the balance of powers and in geopolitics – but also in “soft power”, where political issues are resolved by mutual support rather than force. [...]



Gilberto Gil sings while then UN secretary general Kofi Annan plays percussion at a September 2003 concert at the UN headquarters honouring those killed by a bomb at a UN office in Baghdad a month earlier. Photograph: Zuma/Alamy

Since then, every embassy has a cultural attaché. The US engages in “audio diplomacy” by financing hip-hop festivals in the Middle East. China promotes opera in neighbouring states to project an image of harmony. Brazil has invested in culture to assert itself as a leader in Latin America, notably by establishing close collaboration between its ministries of foreign affairs and culture; musician Gilberto Gil was culture minister during Luiz Inácio Lula da Silva’s presidency from 2003 to 2008. He was involved in France’s Year of Brazil. As Fléchet recalls, “the free concert he gave on 13 July, 2005 at the Place de la Bastille was the pinnacle. That day, he sang La Marseillaise in the presence of presidents Lula and Jacques Chirac.” Two years earlier, in September 2003, Gil sang at the UN in honour of the victims of the 19 August bombing of the UN headquarters in Baghdad. He was delivering a message of peace, criticising the war on Iraq by the US: “There is no point in preaching security without giving a thought to respecting others,” he told his audience. Closing the concert, he invited then UN secretary general Kofi Annan on stage for a surprise appearance as a percussionist. “This highly symbolic image, which highlighted the conviction that culture can play a role in bringing people together, shows how music can become a political language,” Fléchet says.

(adapted from <http://www.theguardian.com/music/2015/oct/31/music-language-human-rights-political-diplomacy>)

21

Text I focuses on how music may function in international affairs and offers some arguments. In this respect, analyse the following statements:

- I. The study of the role music plays in diplomacy is now full-fledged.
- II. For many years historians have considered music evidence-based practice.
- III. Only a short time ago, musicologists started to move away from the sheet to the setting.
- IV. Musicians may promote contexts where dialogue can be established.

Choose the correct answer:

- (A) only I is correct;
- (B) only II is correct;
- (C) only III is correct;
- (D) both II and IV are correct;
- (E) both III and IV are correct.

22

The word that is closer in meaning to “stunt” in the question “Publicity stunt or political act?” is:

- (A) tip;
- (B) event;
- (C) brand;
- (D) story;
- (E) poster.

23

The correct form of reporting the sentence “...musicians create a dialogue and arrive at common policies,” says analyst Frédéric Ramel” is:

- (A) Analyst Frédéric Ramel said that musicians created a dialogue and arrived at common policies;
- (B) Analyst Frédéric Ramel says that musicians created a dialogue and would arrive at common policies;
- (C) Analyst Frédéric Ramel would say that musicians created a dialogue and would arrive at common policies;
- (D) Analyst Frédéric Ramel had said that musicians had created a dialogue and arrived at common policies;
- (E) Analyst Frédéric Ramel has said that musicians are creating a dialogue and arriving at common policies.

24

“All words belong to categories called word classes (or parts of speech) according to the part they play in a sentence” (<http://www.oxforddictionaries.com/words/word-classes-or-parts-of-speech>). The underlined word in the sentence “history has long been dominated by interpretations that stress economic, social and political factors” belongs to the same class as the underlined word in:

- (A) “at the foot of a crumbling wall”;
- (B) “In the 1990s came a cultural shift”;
- (C) “There is no point in preaching security”;
- (D) “China promotes opera in neighbouring states”;
- (E) “political issues are resolved by mutual support”.

25

The function of the second photograph in Text I is to:

- (A) exemplify how politicians have many skills other than diplomacy;
- (B) support the argument that music may work beyond entertainment;
- (C) inform the readers that there was a bomb at a UN office in Baghdad;
- (D) illustrate how Gilberto Gil and Kofi Annan could do an impromptu show;
- (E) demonstrate that politicians can also be skilled enough to perform in public.

26

The underlined word in “until quite recently they were more interested in analysing musical scores than the actual context in which these were produced and how they were received” is a synonym of:

- (A) acute;
- (B) trusted;
- (C) genuine;
- (D) assumed;
- (E) unrealistic.

27

The expression “rather than” in “political issues are resolved by mutual support rather than force” can be replaced without change in meaning by:

- (A) in spite of;
- (B) instead of;
- (C) regardless of;
- (D) in defiance of;
- (E) irrespective of.

28

The reasoning implied in the sentence “By having music take the place of speeches and peace talks, the hope is that it will succeed where diplomacy has failed” is that:

- (A) musicians may deliver peace talks at United Nation conferences;
- (B) diplomats may help musicians convey effective messages of peace;
- (C) diplomatic speeches need not succeed in promoting peace between the nations;
- (D) music should have the power to supplant diplomatic efforts when these do not work;
- (E) musicologists should help diplomats write their speeches when peace is threatened.

29

In the sentence “Gilberto Gil sings while then UN secretary general Kofi Annan plays”, the word “then” means:

- (A) late;
- (B) former;
- (C) recent;
- (D) deceased;
- (E) reinstated.

30

The underlined part of the sentence “He was involved in France’s Year of Brazil” is an answer to the question:

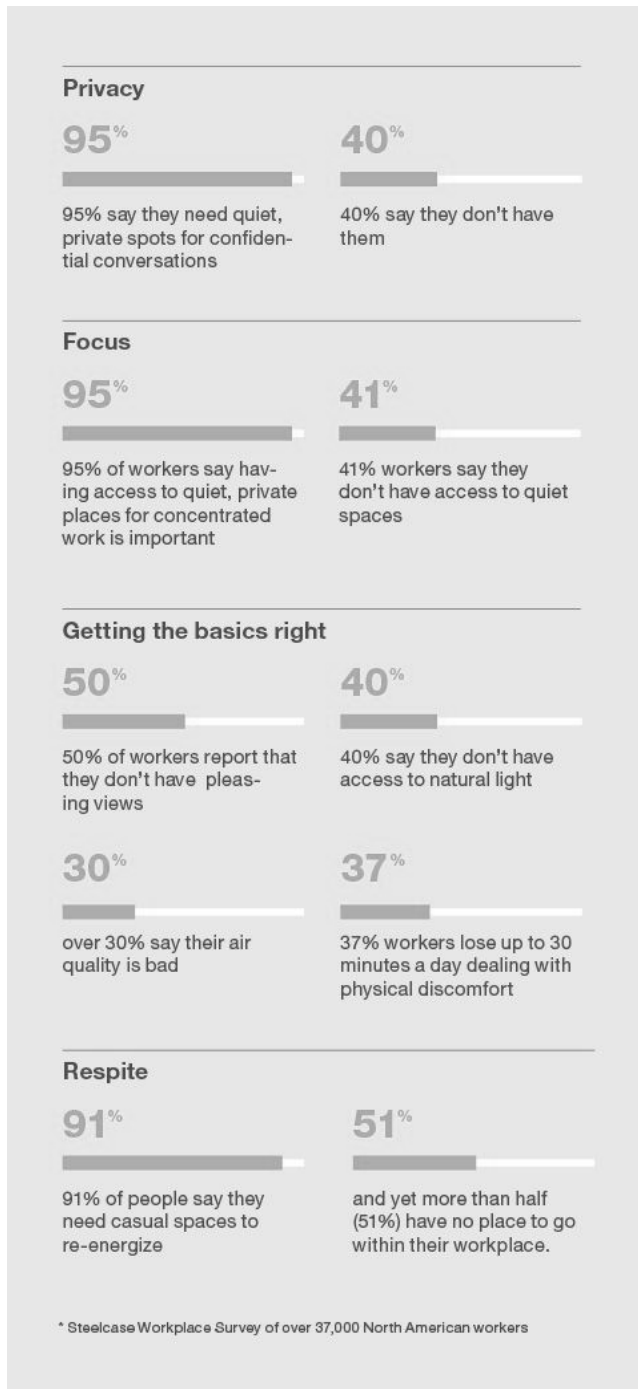
- (A) Whose year was it?
- (B) How was he involved?
- (C) When was he involved?
- (D) Where was he involved?
- (E) What was he involved in?

READ TEXT II AND ANSWER QUESTIONS 31 TO 34:

TEXT II

World Work Worker Workplace

Does your workplace offer affordances for #wellbeing? Natural light, movement, a view, informal areas to socialize or collaborate? 40% say no.



(<https://www.pinterest.com/jeremytodddavis/world-work-worker-workplace/>)

31

According to the survey conducted in Text II, the workers who are unhappy with their working conditions are:

- (A) few;
- (B) little;
- (C) a little;
- (D) too much;
- (E) quite a few.

32

The logical link created by the underlined words in "91% of people say they need casual spaces to re-energize and yet more than half (51%) have no place to go within the workplace" is the same as the one created by:

- (A) but;
- (B) until;
- (C) unless;
- (D) because;
- (E) although.

33

According to Text II, when workers complain that too much noise in the office has been undermining their work, they probably need:

- (A) better views;
- (B) louder rooms;
- (C) more privacy;
- (D) more coffee breaks;
- (E) more informal areas.

34

In "pleasing views" the word "pleasing" is to "pleasure" as:

- (A) "breaking" is to "broken";
- (B) "grieve" is to "grievance";
- (C) "friendly" is to "friendship";
- (D) "outstanding" is to "outstand";
- (E) "understand" is to "understandable".

READ TEXT III AND ANSWER QUESTIONS 35 TO 40:

TEXT III

Use of language in diplomacy

What language should one use when speaking to diplomats, or what language should diplomats use? Or, to be more precise, what language/languages should a (young) diplomat try to learn to be more successful in his profession?

The term "language in diplomacy" obviously can be interpreted in several ways. First, as tongue ("mother" tongue or an acquired one), the speech "used by one nation, tribe, or other similar large group of people"; in this sense we can say, for example, that French used to be the predominant diplomatic language in the first half of the 20th century. Second, as a special way of expressing the subtle needs of the diplomatic profession; in this way it can be said, for example, that the delegate of such-and-such a country spoke of the given subject in totally non-diplomatic language. Also, the term can refer to the particular form, style, manner or tone of expression; such as the minister formulated his conditions in unusually strong language. It may mean as well the verbal or non-verbal expression of thoughts or feelings: sending the gunships is a language that everybody understands.

All of these meanings - and probably several others - can be utilised in both oral and written practice. In any of these senses, the use of language in diplomacy is of major importance, since language is not a simple tool, vehicle for transmission of thoughts, or instrument of communication, but very often the very essence of the diplomatic vocation, and that has been so from the early beginnings of our profession. That is why from early times the first envoys of the Egyptian pharaohs, Roman *legates*, mediaeval Dubrovnik consuls, etc., had to be educated and trained people, well-spoken and polyglots.

Let us first look into different aspects of diplomatic language in its basic meaning - that of a tongue. Obviously, the first problem to solve is finding a common tongue. Diplomats only exceptionally find themselves in the situation to be able to communicate in one language, common to all participants. This may be done between, for example, Germans and Austrians, or Portuguese and Brazilians, or representatives of different Arab countries, or British and Americans, etc. Not only are such occasions rare, but very often there is a serious difference between the same language used in one country and another.

There are several ways to overcome the problem of communication between people who speak different mother tongues. None of these ways is ideal. One solution, obviously, is that one of the interlocutors speaks the language of the other. Problems may arise: the knowledge of the language may not be adequate, one side is making a concession and the other has an immediate and significant advantage, there are possible political implications, it may be difficult to apply in multilateral diplomacy, etc. A second possibility is that both sides use a third, neutral, language. A potential problem may be that neither side possesses full linguistic knowledge and control, leading to possible bad misunderstandings. Nevertheless, this method is frequently applied in international practice because of its political advantages. A third formula, using interpreters, is also very widely used, particularly in multilateral diplomacy or for negotiations at a very high political level - not only for reasons of equity, but because politicians and statesmen often do not speak foreign languages. This method also has disadvantages: it is time consuming, costly, and sometimes inadequate or straightforwardly incorrect. [...] Finally, there is the possibility of using one international synthetic, artificial language, such as Esperanto; this solution would have many advantages, but unfortunately is not likely to be implemented soon, mostly because of the opposition of factors that dominate in the international political - and therefore also cultural and linguistic - scene.

So, which language is the diplomatic one? The answer is not simple at all [...].

Words are bricks from which sentences are made. Each sentence should be a wound-up thought. If one wants to be clear, and particularly when using a language which he does not master perfectly, it is better to use short, simple sentences. On the contrary, if one wishes to camouflage his thoughts or even not say anything specific, it can be well achieved by using a more complicated style, complex sentences, digressions, interrupting one's own flow of thought and introducing new topics. One may leave the impression of being a little confused, but the basic purpose of withholding the real answer can be accomplished.

(adapted from http://www.diplomacy.edu/books/language_and_diplomacy/texts/pdf/nick.PDF)

35

In the second paragraph of Text III the author refers to different meanings the term "language" can carry. When he argues that "sending the gunships is a language that everybody understands", he means that:

- (A) threatening language should not be used in diplomatic exchanges;
- (B) people understand the sentence because it is written in plain English;
- (C) the language of diplomacy is rather complex so it is better to act first;
- (D) one does not need to understand the language because this action speaks for itself;
- (E) one must learn how to speak many languages to avoid misunderstandings and war.

36

Pronouns are words that take the place of a noun or a noun group. In the passage “The term ‘language in diplomacy’ obviously can be interpreted in several ways. First, as tongue (‘mother’ tongue or an acquired one), the speech ‘used by one nation, tribe, or other similar large group of people’,” the pronoun “one” is replacing:

- (A) nation;
- (B) mother;
- (C) speech;
- (D) tongue;
- (E) diplomacy.

37

In the passage “Second, as a special way of expressing the subtle needs of the diplomatic profession; in this way it can be said, for example, that the delegate of such-and-such a country spoke...” the expression “in this way” can be replaced, without change in meaning by:

- (A) hence;
- (B) though;
- (C) hereby;
- (D) hereafter;
- (E) thereabouts.

38

The sentence that offers a suggestion is:

- (A) “Each sentence should be a wound-up thought”;
- (B) “One may leave the impression of being a little confused”;
- (C) “A third formula, using interpreters, is also very widely used”;
- (D) “The term ‘language in diplomacy’ obviously can be interpreted in several ways”;
- (E) “it is time consuming, costly, and sometimes inadequate or straightforwardly incorrect”.

39

Mark the statements below as TRUE (T) or FALSE (F) according to points raised in Text III.

- () Diplomats are often in situations where a common language is spoken.
- () Using an interpreter as mediator is a flawless alternative for diplomatic meetings.
- () Despite the efforts to do away with problems in communication, the ideal solution has not been found yet.

The correct sequence is:

- (A) F – T – T;
- (B) T – F – F;
- (C) T – T – F;
- (D) F – T – F;
- (E) F – F – T.

40

The word that forms the plural in the same way as “fora” in “The United States and Brazil are also advancing human rights issues in bilateral and multilateral fora” is:

- (A) agenda;
- (B) nucleus;
- (C) formula;
- (D) criterion;
- (E) paralysis.

Conhecimentos Especializados

41

Os cursos de formação, treinamento e aperfeiçoamento dos integrantes das Carreiras de Oficial de Chancelaria são organizados pela Divisão de Recursos Humanos, na forma de regulamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores. De acordo com o Decreto nº 1.565/95:

- (A) o Curso de Formação da Carreira de Oficial de Chancelaria não pode receber a colaboração de instituições de formação de servidores públicos em sua realização;
- (B) o Curso de Preparação à Carreira de Oficial de Chancelaria compreende aulas das disciplinas inerentes às atribuições da Carreira, vedada a aplicação de provas;
- (C) o Curso de Preparação à Carreira de Oficial de Chancelaria é parte integrante do concurso público para ingresso na carreira;
- (D) o Oficial de Chancelaria inscrito no Curso de Atualização de Oficial de Chancelaria (CAOC) não poderá se afastar do serviço;
- (E) o Oficial de Chancelaria perceberá, sobre o valor do vencimento, gratificação de cinco por cento pela habilitação no Curso de Atualização de Oficial de Chancelaria (CAOC).

42

Antônio, Pedro e José tinham amplas dúvidas a respeito do alcance das restrições que recaem sobre sua esfera jurídica, por terem sofrido, respectivamente, em razão do exercício anterior de funções públicas, as medidas de inelegibilidade, suspensão dos direitos políticos e inabilitação. Afinal, todos almejam ser eleitos na próxima eleição. Considerando o teor da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) Antônio está impedido de participar ativa e passivamente do processo eleitoral;
- (B) Pedro pode votar em qualquer eleição que venha a ser realizada;
- (C) José apenas está impedido de exercer uma função pública de caráter não eletivo;
- (D) Antônio, Pedro e José somente sofreram restrições em sua cidadania passiva;
- (E) Antônio e José podem votar, mas não podem ser votados em uma eleição.

43

O Ministro de Estado da Justiça editou portaria determinando a expulsão de estrangeiro do território nacional, em razão de sua condenação em processo criminal à pena privativa de liberdade de oito anos. Inconformado, o estrangeiro ajuizou a ação judicial cabível e comprovou que o ato expulsório baseou-se unicamente em pressuposto de fato equivocado, uma vez que, na verdade, foi absolvido naquela ação penal, por força do provimento de sua apelação criminal pelo Tribunal. Dessa forma, o estrangeiro obteve judicialmente a declaração da nulidade da portaria de sua expulsão, porque a validade do ato administrativo, ainda que discricionário, vincula-se aos motivos apresentados pela administração, ou seja, o motivo do ato administrativo deve sempre guardar compatibilidade com a situação de fato que gerou a manifestação da vontade. Com base na doutrina de Direito Administrativo, no caso em tela houve a aplicação:

- (A) da teoria dos motivos determinantes;
- (B) da teoria da vinculação da expulsão;
- (C) do princípio administrativo da autotutela;
- (D) do princípio da reciprocidade administrativa;
- (E) do princípio da motivação ministerial.

44

O Serviço Exterior Brasileiro, essencial à execução da política exterior do Brasil, constitui-se do corpo de servidores, ocupantes de cargos de provimento efetivo, capacitados profissionalmente como agentes do Ministério das Relações Exteriores, no Brasil e no exterior, organizados em carreiras definidas e hierarquizadas. Consoante dispõe a Lei nº 11.440/06, aos servidores integrantes da Carreira de Oficial de Chancelaria, de nível superior, incumbem, em regra, atividades de:

- (A) natureza diplomática e consular, em seus aspectos específicos de representação, negociação, informação e proteção de interesses brasileiros no campo internacional;
- (B) formulação, implementação e execução dos atos de análise técnica e gestão administrativa necessários ao desenvolvimento da política externa brasileira;
- (C) apoio técnico e administrativo, bem como pesquisas de jurisprudência e doutrina em matéria de Direito Internacional Privado comparado;
- (D) apoio que exijam familiaridade com as condições de vida, os usos e os costumes do país onde esteja sediado o posto de lotação do agente;
- (E) natureza diplomática, em seus aspectos específicos de proteção de interesses brasileiros no campo do Direito Internacional Público.

45

Os amigos Ednaldo e José Carlos travaram intensa discussão a respeito de sua relação com a República Federativa do Brasil. Ednaldo, com 35 anos de idade, nascera na Áustria e era filho de pai brasileiro e mãe austríaca, os quais trabalhavam em uma organização civil protetora dos animais. Ednaldo nunca residiu em território brasileiro. José Carlos, 21 anos de idade, filho de pais austríacos, por sua vez, nasceu no Brasil na época em que os seus pais trabalhavam na embaixada austríaca, tendo em seguida viajado para a Áustria, de onde nunca mais saiu.

À luz da sistemática constitucional e da análise das informações fornecidas na narrativa acima, é correto afirmar, a respeito dos dois amigos, que:

- (A) José Carlos não pode ser considerado brasileiro nato;
- (B) Ednaldo é brasileiro nato;
- (C) José Carlos é brasileiro nato;
- (D) Ednaldo será brasileiro nato caso venha a residir no Brasil;
- (E) os amigos somente podem vir a naturalizar-se brasileiros.

46

Na Federação brasileira, a União exerce certas competências legislativas concorrentes com outros entes federativos, o que exige um nível mínimo de harmonização entre as distintas esferas de governo. Considerando a sistemática constitucional, é correto afirmar que, nessa esfera de competências:

- (A) a União possui competência plena, enquanto não editadas as normas específicas dos Estados;
- (B) a União e os Estados devem observar as normas gerais constantes da Constituição Federal;
- (C) a superveniência da legislação estadual revoga a norma editada pela União que se mostre incompatível;
- (D) os Estados possuem competência plena, enquanto a União não editar as normas gerais;
- (E) a superveniência da lei estadual sobre normas gerais suspende a eficácia da lei editada pela União.

47

Considerando os referenciais de estabilidade e permanência da ordem constitucional, bem como os limites ao exercício do poder de reforma, é correto afirmar, em relação às emendas à Constituição da República Federativa do Brasil, que:

- (A) a Constituição somente pode ser emendada por iniciativa de dois quintos dos membros do Congresso Nacional;
- (B) não é possível a aprovação de emendas à ordem constitucional na vigência de estado de defesa;
- (C) as emendas somente podem ser promulgadas após terem sido aprovadas em três turnos de votação;
- (D) cabe ao Congresso Nacional manter ou rejeitar o veto apostado pelo Presidente da República às propostas de emenda;
- (E) não são estabelecidos limites materiais à reforma da Constituição.

48

Em tema de estrutura organizacional do Ministério das Relações Exteriores, de acordo com o Decreto nº 7.304/10, é órgão de assessoria ao Secretário-Geral:

- (A) a Secretaria de Planejamento Diplomático, à qual compete promover a articulação entre o Ministério e o Congresso Nacional;
- (B) a Consultoria Jurídica, órgão setorial do Ministério Público da União, à qual compete prestar assessoria em questões de natureza jurídica;
- (C) a Secretaria-Geral das Relações Exteriores, à qual compete fiscalizar e avaliar a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;
- (D) o Departamento de Relações Estratégicas, ao qual compete orientar, coordenar e supervisionar os órgãos do Ministério no exterior;
- (E) o Instituto Rio Branco, ao qual compete o recrutamento, a seleção, a formação e o aperfeiçoamento do pessoal da Carreira de Diplomata.

49

Em relação às promoções nas Carreiras de Oficial de Chancelaria, de acordo com a Lei nº 8.829/93, é correto afirmar que para a Classe:

- (A) Especial, a promoção será somente por merecimento;
- (B) B, 30% das vagas são por merecimento e 70% por antiguidade;
- (C) C, metade das vagas são por merecimento e a outra metade, por antiguidade;
- (D) Especial, o Oficial de Chancelaria da Classe C deve ter, no mínimo, dez anos de efetivo exercício na Carreira;
- (E) C, o Oficial de Chancelaria da Classe B deve ter, no mínimo, cinco anos de efetivo exercício na Carreira.

50

Ananias, Deputado Federal, almejava apresentar uma emenda ao projeto de lei do orçamento anual ofertado pelo Chefe do Poder Executivo. No entanto, embora tivesse ciência de que a emenda deveria estar em harmonia com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, bem como que deveria indicar os recursos necessários à realização da despesa, tinha dúvidas a respeito dos exatos limites constitucionais a serem observados. Considerando o teor da sistemática constitucional, a emenda pode contar com recursos provenientes da anulação de despesas que digam respeito a:

- (A) juros de mora da dívida pública;
- (B) dotação para pagamento de pessoal;
- (C) programa voltado à implementação de direito social;
- (D) contribuição previdenciária incidente sobre a folha;
- (E) transferências tributárias constitucionais para outros entes.

51

Em matéria de competência administrativa, consoante ensina a doutrina de Direito Administrativo, o fenômeno da avocação ocorre quando a autoridade hierarquicamente:

- (A) superior delega a agente administrativo de plano hierárquico inferior atribuição para praticar determinado ato;
- (B) superior convalida ato administrativo praticado por agente administrativo de plano hierárquico inferior;
- (C) superior atrai para sua esfera decisória a prática de ato da competência natural de agente com menor hierarquia;
- (D) inferior pratica determinado ato administrativo que foge à sua esfera de atribuição, em caso de grave risco iminente;
- (E) inferior solicita a seu superior hierárquico autorização para praticar ato originariamente fora de sua atribuição.

52

João, servidor público civil da União, valendo-se de sua função de chefe da repartição pública onde está lotado, utilizou os servidores que lhe são hierarquicamente subordinados, bem como recursos materiais da repartição, em atividade particular. Em matéria de penalidades disciplinares, de acordo com a Lei nº 8.112/90, João está sujeito à sanção de:

- (A) advertência;
- (B) suspensão por 30 dias;
- (C) suspensão por 90 dias;
- (D) demissão;
- (E) exoneração.

53

Em tema de disposições gerais da Administração Pública, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que é vedado:

- (A) em qualquer hipótese, acumulação remunerada de quaisquer cargos públicos, independentemente da existência de compatibilidade de horários;
- (B) contratação de pessoal por tempo determinado sem concurso público, ainda que para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
- (C) direito à livre associação sindical ao servidor público civil, eis que já está protegido legalmente pelo regime estatutário;
- (D) exercício de greve para o pessoal do serviço público, sendo inaplicáveis as regras vigentes da iniciativa privada;
- (E) vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

54

A União pretende adquirir determinados bens nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, sendo as condições ofertadas manifestamente vantajosas para o Poder Público. De acordo com a Lei nº 8.666/93, a contratação em tela:

- (A) pode ocorrer mediante dispensa de licitação;
- (B) pode ocorrer mediante inexigibilidade de licitação;
- (C) deve ocorrer necessariamente mediante prévia licitação, cuja modalidade varia de acordo com o valor da contratação;
- (D) deve ocorrer necessariamente mediante prévia licitação, na modalidade pregão, independentemente do valor;
- (E) deve ocorrer necessariamente mediante prévia licitação, na modalidade concorrência, independentemente do valor.

55

Determinada lei editada pela União criou certo quantitativo de cargos públicos e ainda dispôs sobre o critério de acesso e as respectivas competências. Em seu art. 1º, criou 10 cargos em comissão e dispôs que teriam competência para exercer atividades típicas de engenheiro no âmbito da Administração Pública. O art. 2º criou 10 funções de confiança, destinadas aos titulares de cargos de provimento efetivo que exercem a chefia de repartições públicas. Por fim, o art. 3º dispôs que os servidores titulares de cargos de provimento efetivo não poderiam ser nomeados para ocupar cargos em comissão.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) todos os artigos são constitucionais;
- (B) somente o art. 2º é constitucional;
- (C) somente os arts. 1º e 2º são constitucionais;
- (D) somente os arts. 1º e 3º são constitucionais;
- (E) somente o art. 3º é constitucional.

56

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014 de um ente da Federação continha autorização para execução de um projeto que não foi executado no referido exercício. Esse projeto:

- (A) deve ser transferido para a LOA de 2015, para execução no próximo exercício;
- (B) pode ser incluído na LOA de 2015, com a respectiva fonte de recurso;
- (C) pode ser transferido, se foi criado por créditos adicionais;
- (D) pode ser transferido, se houver recursos disponíveis;
- (E) tem recursos de aplicação vinculada e não deve ser transferido.

57

Um dos objetivos da Contabilidade é o controle patrimonial, que se dá a partir do registro adequado dos fatos que alteram os seus elementos.

No controle do patrimônio, a riqueza líquida de uma entidade ao final de um período pode ser obtida pelo confronto de:

- (A) ativos, receitas e provisões;
- (B) ativos e passivos financeiros;
- (C) bens, direitos e obrigações;
- (D) receitas e despesas;
- (E) obrigações exigíveis e não exigíveis.

58

De acordo com o regime orçamentário vigente no Brasil, previsto na Lei nº 4.320/1964, receitas e despesas devem ser reconhecidas a partir de estágios de execução. Dessa forma, receitas e despesas são consideradas realizadas, para fins orçamentários, respectivamente, quando:

- (A) arrecadadas e empenhadas;
- (B) arrecadadas e liquidadas;
- (C) lançadas e arrecadadas;
- (D) lançadas e empenhadas;
- (E) liquidadas e pagas.

59

Os créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento, os quais são classificados, pela Lei nº 4.320/1964, de acordo com a sua finalidade.

Os créditos adicionais especiais são abertos para despesas:

- (A) cuja dotação se tornou insuficiente;
- (B) decorrentes de calamidade pública;
- (C) de caráter urgente e imprevisível;
- (D) sem dotação orçamentária específica;
- (E) vinculadas a reserva de contingência.

60

A Receita Corrente Líquida (RCL) é definida na Lei de Responsabilidade Fiscal como parâmetro para acompanhamento de metas e limites fiscais. A tabela a seguir apresenta os valores de arrecadação de um ente da federação durante um dado exercício.

| Origem | Valores |
|---|-----------|
| Receita industrial | 9.800 |
| Receita de alienação de bens | 12.300 |
| Receitas de depósitos e cauções | 24.700 |
| Antecipação da receita orçamentária | 60.500 |
| Receita de amortização de empréstimos | 78.200 |
| Receita de serviços | 186.100 |
| Receitas de operações de crédito internas | 300.500 |
| Receitas de contribuições | 528.400 |
| Receita patrimonial | 923.100 |
| Outras receitas correntes | 1.950.600 |
| Receitas tributárias | 3.300.900 |
| Transferências correntes | 4.050.300 |

A partir das receitas apresentadas na tabela, o total das receitas que devem ser consideradas no cálculo da RCL é:

- (A) 7.375.100;
- (B) 10.399.400;
- (C) 10.949.200;
- (D) 11.340.200;
- (E) 11.425.400.

61

Com o objetivo de reduzir os altos custos de publicação no Diário Oficial, um ente da Federação, ao elaborar a Lei Orçamentária Anual, incluiu, no mesmo dispositivo legal, autorização de créditos adicionais especiais e de descentralização de créditos. Essa prática está em desacordo com o princípio orçamentário do(a):

- (A) discriminação;
- (B) exclusividade;
- (C) orçamento bruto;
- (D) publicidade;
- (E) transparência.

62

Uma entidade precisa efetuar o registro contábil de dois fatos:

- I) Recebimento em dinheiro em 15/04 de uma venda realizada em 15/03;
- II) Pagamento em 30/04 de uma aquisição realizada em 01/04.

Considerando que o registro de ambos os fatos contábeis está de acordo com as normas e princípios de contabilidade, é correto afirmar que:

- (A) o mês de competência de ambos os fatos é abril;
- (B) o pagamento causou redução do patrimônio;
- (C) o pagamento obedeceu ao regime de competência;
- (D) o recebimento da venda aumentou o patrimônio;
- (E) o recebimento da venda tem efeito nulo no patrimônio.

63

Os sistemas de contabilidade registram fatos que podem afetar o patrimônio das entidades quantitativa ou qualitativamente. Quando do registro de um fato contábil modificativo, uma das contrapartidas será necessariamente uma conta:

- (A) de receita ou de passivo;
- (B) de despesa ou de ativo;
- (C) de receita ou de despesa;
- (D) de patrimônio líquido;
- (E) retificadora do ativo ou do passivo.

64

A Alfa & Beta Ltda. é uma empresa familiar de médio porte gerida por dois irmãos em sucessão aos seus pais. Após assumirem a gestão, adotaram algumas medidas com o objetivo de facilitar o controle das transações que afetavam a situação patrimonial da empresa. Uma das medidas foi o registro de despesas pessoais dos sócios apenas quando do seu efetivo pagamento. Essa medida está em desacordo com o princípio do(a):

- (A) entidade;
- (B) prudência;
- (C) oportunidade;
- (D) valor original;
- (E) unidade de caixa.

65

A despesa pública compreende o conjunto de dispêndios do Estado para assegurar o funcionamento dos serviços públicos e apresenta classificações legalmente requeridas para permitir um adequado controle ao longo da execução orçamentária.

A classificação da despesa que possibilita indicar se os recursos são aplicados diretamente no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e permite a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados é:

- (A) funcional;
- (B) institucional;
- (C) por elemento;
- (D) por natureza;
- (E) programática.

66

Os sistemas de informações contábeis nas entidades têm o objetivo de registrar adequadamente as transações de forma que deem suporte à geração de informações fidedignas e úteis aos usuários da contabilidade. Tais informações em geral são apresentadas por meio de demonstrações contábeis padronizadas.

Um usuário que deseje informações sobre a liquidez e a solvência de uma empresa deverá analisar informações constantes no(a):

- (A) balanço financeiro;
- (B) balanço patrimonial;
- (C) demonstração dos fluxos de caixa;
- (D) demonstração do resultado do exercício;
- (E) demonstração de origens e aplicação de recursos.

67

O modelo orçamentário vigente para as entidades públicas brasileiras é o denominado Orçamento-Programa.

De acordo com esse modelo:

- (A) a alocação de recursos visa à aquisição de meios;
- (B) a elaboração do orçamento tem caráter incremental;
- (C) as ações governamentais não devem impactar a economia;
- (D) o controle visa a avaliar a eficiência das ações governamentais;
- (E) o principal critério de classificação da despesa é por elemento.

68

Os restos a pagar são despesas que não completaram todos os estágios da execução orçamentária até o encerramento de um exercício financeiro. De acordo com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, os restos a pagar:

- (A) devem ser inscritos com suficiente disponibilidade de caixa;
- (B) devem ser cancelados, caso não sejam processados no exercício seguinte;
- (C) não podem ser inscritos no último ano de mandato;
- (D) podem ser inscritos à conta de despesas de exercícios anteriores;
- (E) podem ser processados em regime de adiantamento.

69

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um instrumento que auxilia no planejamento orçamentário das entidades públicas brasileiras, a partir das disposições constitucionais e legais. Considerando tais disposições, é correto afirmar que a LDO deve:

- (A) apresentar o orçamento fiscal para cada poder e órgão da administração direta;
- (B) apresentar o orçamento de investimento das empresas estatais;
- (C) consignar dotação para investimentos com prazo superior a doze meses;
- (D) dispor sobre as alterações na legislação tributária;
- (E) ser elaborada no primeiro ano de mandato para vigência nos demais anos.

70

De acordo com a sua destinação no âmbito da administração pública, os bens públicos podem ser de uso comum, de uso especial ou dominicais. Uma característica dos bens dominicais é:

- (A) caráter inalienável e imprescritível;
- (B) destinação ao serviço da administração pública;
- (C) destinação ao uso artístico e cultural;
- (D) possibilidade de produzir renda;
- (E) reconhecimento facultativo no patrimônio.

71

André, Beatriz e Carlos são adultos, Laura e Júlio são crianças e todos vão viajar em um automóvel com 5 lugares, sendo 2 na frente e 3 atrás. Dos adultos, somente Carlos não sabe dirigir. As crianças viajarão atrás, mas Júlio faz questão de ficar em uma janela.

O número de maneiras diferentes pelas quais essas pessoas podem ocupar os cinco lugares do automóvel é:

- (A) 12;
- (B) 16;
- (C) 18;
- (D) 20;
- (E) 24.

72

João olhou as dez bolas que havia em um saco e afirmou:

“Todas as bolas desse saco são pretas”.

Sabe-se que a afirmativa de João é falsa.

É correto concluir que:

- (A) nenhuma bola desse saco é preta;
- (B) pelo menos nove bolas desse saco são pretas;
- (C) pelo menos uma bola desse saco é preta;
- (D) pelo menos uma bola desse saco não é preta;
- (E) nenhuma bola desse saco é branca.

73

Em certo ano, o dia 31 de dezembro caiu em um domingo e, em um reino distante, o rei fez o seguinte pronunciamento:

“Como as segundas-feiras são dias horríveis, elas estão abolidas a partir de hoje. Assim, em nosso reino, cada semana terá apenas 6 dias, de terça-feira a domingo. Portanto, como hoje é domingo, amanhã, o primeiro dia do ano novo, será terça-feira.”

O ano novo não foi bissexto. Então, nesse reino distante, o dia de Natal (25 de dezembro) desse ano caiu em:

- (A) uma terça-feira;
- (B) uma quarta-feira;
- (C) uma quinta-feira;
- (D) uma sexta-feira;
- (E) um sábado.

74

Considere três caixas A, B e C. Na caixa A há dez bolas brancas, na caixa B há doze bolas pretas e na caixa C há oito bolas azuis.

Inicialmente, retiram-se seis bolas da caixa A, que são colocadas na caixa B. A seguir, retiram-se aleatoriamente oito bolas da caixa B, que são colocadas na caixa C. Por último, retiram-se aleatoriamente seis bolas da caixa C, que são colocadas na caixa A.

Ao final desse processo, é correto concluir que:

- (A) na caixa A há, no mínimo, quatro bolas azuis;
- (B) na caixa A há, no máximo, oito bolas brancas;
- (C) na caixa B há, no máximo, dez bolas pretas;
- (D) na caixa B há, no mínimo, quatro bolas brancas;
- (E) na caixa C há, no máximo, quatro bolas azuis.

75

Em uma reunião, as únicas pessoas presentes são políticos de três partidos: PA, PB e PC. Para cada três políticos do partido PA há dois políticos do partido PB e, para cada cinco políticos do partido PB, há quatro políticos do partido PC.

Nessa reunião, a razão entre o número de políticos do partido PB e o número total de políticos é:

- (A) $\frac{10}{33}$;
- (B) $\frac{11}{34}$;
- (C) $\frac{12}{35}$;
- (D) $\frac{13}{36}$;
- (E) $\frac{14}{37}$.

76

Uma turma do curso de Relações Internacionais tem 28 alunos e todos falam inglês. Sabe-se que 17 alunos falam espanhol e que 15 alunos falam francês.

O número mínimo de estudantes dessa turma que falam esses três idiomas é:

- (A) 4;
- (B) 5;
- (C) 6;
- (D) 7;
- (E) 8.

77

Lucas é artesão, fabrica vassouras e, certo dia, levou 40 vassouras para vender na feira. Ele começou vendendo cada vassoura por 12 reais e, perto do final, baixou o preço para a metade, terminando o dia com todo o seu estoque vendido, arrecadando 336 reais.

O número de vassouras que Lucas vendeu pelo preço mais alto foi:

- (A) 12;
- (B) 14;
- (C) 15;
- (D) 16;
- (E) 18.

78

Considere a sentença:

“Corro e não fico cansado”.

Uma sentença logicamente equivalente à negação da sentença dada é:

- (A) Se corro então fico cansado.
- (B) Se não corro então não fico cansado.
- (C) Não corro e fico cansado.
- (D) Corro e fico cansado.
- (E) Não corro ou não fico cansado.

79

Em uma urna há quinze bolas iguais numeradas de 1 a 15. Retiram-se aleatoriamente, em sequência e sem reposição, duas bolas da urna.

A probabilidade de que o número da segunda bola retirada da urna seja par é:

- (A) $\frac{1}{2}$;
- (B) $\frac{3}{7}$;
- (C) $\frac{4}{7}$;
- (D) $\frac{7}{15}$;
- (E) $\frac{8}{15}$.

80

Em um supermercado uma embalagem com certa quantidade de frios fatiados estava com a etiqueta abaixo sem a informação R\$/kg.



O preço aproximado de 1,0kg desse produto é:

- (A) R\$20,50;
- (B) R\$21,10;
- (C) R\$21,80;
- (D) R\$22,30;
- (E) R\$22,90.

Realização

 **FGV PROJETOS**